Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Ano III - nº 26 - Março/2022
ISSN 267[illegible]2573

EU TENHO UM SONHO

Sabina Paulino de Sene

MULHERES

Que fazem esta revista acontecer

Filiada à: ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos
doi
www.primeiraevolucao.com.br

Revista Primeira EVOLUÇÃO

Ano III - nº 26 - Março de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:
Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):
Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:
Ana Paula de Lima
Andréia Fernandes de Souza
Vilma Maria da Silva

Organização:
Andréia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Colaborador: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos
Daniela da Silva Souza Santos
Débora Miriam Bezerra de Andrade
Fabiana Lemes da Silva
Lucas Missio Christino
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Quitéria Maria da Silva Barros
Rafaela Torres Santos
Renato Souza de Oliveira Carvalho
Rita de Cássia Barbosa de Carvalho
Simoni Alves Pereira Almeida
Sulamita Gonçalves de Souza
Tânia de Jesus Alves
Tamires Aparecida Silva dos Santos
Terezinha Joana Camilo
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues

https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.26

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 26 (mar. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

102 p. : il. color
Bibliografia
Mensal
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

São Paulo
2022

Revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO

ISSN: 2675-2573
Publicação Mensal

Editor Responsável:
Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):
Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:
Antônio Raimndo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Denise Mak
Isac dos Santos Pereira
Patrícia Tanganelli Lara
Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Me. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Profa. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Colaboradores especiais:
Cleia Teixeira da Silva Oliveira
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:
Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos
Tel. (11) 98031-7887
Whatsapp: (11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com
https://primeiraevolucao.com.br
São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com
Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:
https://publicdomainvectors.org/
https://pixabay.com
https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:
Edições Livro Alternativo

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Colaboradores voluntários em:

A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.
O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.
É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuida gratuitamente.

PROPÓSITOS:
Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;
Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);
Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;
Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de sofwares livres;
Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:
O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;
O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;
A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;
Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;
O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);
O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;
O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

Produzida com utilização de softwares livres

Filiada à:

www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO
Profª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

09 HOMENAGEM
Sabina Paulino de Sene

COLUNAS

6 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac dos Santos Pereira

ARTIGOS

1. O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA
Alecina do Nascimento Santos 13

2. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLHA DOCENTE
Daniela da Silva Souza Santos 19

3. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL, E A NATUREZA NO AMBIENTE ESCOLAR
Débora Miriam Bezerra de Andrade 23

4. APRENDIZAGENS NA INFÂNCIA: DO CUIDAR AO EDUCAR
Fabiana Lemes da Silva 29

5. A IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
Lucas Missio Christino 35

6. REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza 41

7. OS ALUNOS DA EJA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR
Quitéria Maria da Silva Barros 49

8. CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA
Rafaella Torres Santos 55

9. O ESTUDO DE POPULAÇÕES E AS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
Renato Souza de Oliveira Carvalho 61

10. MUDANÇAS METODOLÓGICAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES E PRÁTICAS
Rita de Cássia Barbosa de Carvalho 67

11. A FAMÍLIA, A ESCOLA E A CRIANÇA COM TDAH
Simoni Alves Pereira Almeida 71

12. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Sulamita Gonçalves de Souza 77

13. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tamires Aparecida Silva dos Santos 81

14. AS CRIANÇAS PEQUENAS E O BRINCAR NO CHÃO DA ESCOLA
Tânia de Jesus Alves 89

15. O ESTÍMULO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO NA EDUCAÇÃO
Terezinha Joana Camilo 95

16. A IMPORTÂNCIA DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO
Vanessa Izidorio de ArrudaDomingues 99

OS ALUNOS DA EJA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

QUITÉRIA MARIA DA SILVA BARROS

RESUMO: O artigo ora exposto versa sobre a modalidade de ensino EJA, desmistificando o tipo de clientela atendida e oferecendo uma reflexão acerca da formação do professor alfabetizador. Tendo como referência a rica literatura encontrada sobre o assunto, constata-se que o profissional docente da EJA não possui formação fundamentada nas especificidades encontradas nesse tipo de aluno. O objetivo principal do presente artigo é oferecer um breve panorama sobre a problemática acima exposta . A base para a elaboração do presente estudo foi a pesquisa e revisão de bibliografia.

Palavras-chave: Aprendizagens. Educação. EJA. Formação. Professor Alfabetizador.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, no cenário educacional, acerca da formação adequada dos professores frente às diferentes modalidades encontradas. A escola pública tem sido alvo de muitas críticas, e a importância da educação na vida do indivíduo vem perdendo espaço para tantas mudanças sociais. A desagregação da família e a banalização da violência, provocam indiferença frente aos valores e a escola também sofre as consequências provocadas por tais mudanças.

A educação sempre foi direito do cidadão e dever do Estado. À família cabe garantir que suas crianças estejam na escola, mas isso nunca foi garantia do efetivo aprendizado e nem da permanência das mesmas. A pobreza sempre foi um dos principais fatores que afastaram (e afastam) tantas crianças da escola. Algumas vezes por terem que trabalhar para ajudar no sustento da família, outras por assumirem as tarefas domésticas na ausência (ou conivência) de responsáveis que possam arcar com tais atribuições.

Atualmente, há um intenso movimento de jovens e adultos que retornam à escola. Quem não teve oportunidade de estudar na idade apropriada, ou, por algum motivo, abandonou a escola está voltando às instituições de ensino para completar os estudos, buscando melhores oportunidades de trabalho, além de se sentirem cidadãos responsáveis pelos destinos do país (Gentile, 2003).

O Brasil possui mais de 65 milhões de jovens e adultos, que não concluíram o ensino básico. Desse total, 35 milhões só frequentaram os quatro primeiros anos escolares e cerca de 16 milhões não sabem ler, nem escrever. Em 2003 houve um crescimento de 12,2% nas matrículas de jovens e adultos na rede oficial (INEP, 2003).

A presente pesquisa demonstra que o ensino na modalidade EJA é imprescindível para o reconhecimento do papel da educação pelos gestores políticos e cabe ao Poder Público viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares e, aos sistemas de ensino, a manutenção de cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos de caráter regular.

Um dos grandes desafios da EJA têm sido garantir a permanência do adulto na escola; são elevadas as taxas de evasão (menos de 30% concluem os cursos) (GENTILE, 2003), o que é compreensível, pois os conteúdos são trabalhados de forma fragmentada e sem ligação com o cotidiano do aluno, ser social, responsável pelas transformações sociais, econômicas, culturais e outras, além da ausência de material adequado para o público em questão e de profissionais qualificados para a função.

O trabalho a seguir se constitui numa pesquisa sobre a EJA (Educação para Jovens e Adultos), com enfoque na formação do educador da EJA, aspecto de relevância no atual cenário. A base para elaboração do presente estudo foi a pesquisa e revisão de bibliografia.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EJA

Nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional). (FREIRE, 1979, P.72)

Atualmente, o Governo encontra-se desarmado teórica e praticamente para enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB nº 9.394/96, o Governo Brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação à tão relevante e delicado problema. Sabemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Se entender-se que a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, não têm acesso à educação, até onde podemos levar essa afirmação a sério? (SILVA & INOCÊNCIO, 2005, P. 32)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

> Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.
> § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
> Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
> § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
> I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
> II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.
> § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos alunos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

Na atualidade convivemos com uma duplicidade política no campo educativo, de um lado a educação básicade caráter público, sistema de ensino formal, institucionalizado e mais voltado para crianças e jovens e ensino supletivo para adultos e de outro lado experiências várias, alternativas informais ou outros modos de se "pensar" ou "fazer" educação, geradas pela sociedade, aqui compreendida a sociedade civil, instituições religiosas, corporações, Ongs, etc., voltadas para a educação de jovens e adultos, adotando-se diferentes concepções, referenciais teóricos e metodologias originando reflexões e alternativas no campo pedagógico educacional, levando-se em conta as diferentes etapas do desenvolvimento humano, seus interesses, motivações, enfim as peculiaridades específicas a cada fase da vida do aluno (SILVA & INOCÊNCIO, 2005, P. 35)

OS SUJEITOS ALUNOS DA EJA

Muitos estudos têm sido desenvolvidos com o intuito de desmistificar, entender, descobrir quem é o sujeito aluno da EJA. Tais ações surgem com o objetivo de entender as necessidades desses sujeitos e oferecer subsídios pedagógicos às mesmas.

Dessa forma, os alunos jovens e adultos, detentores de suas histórias, ricas de experiências, configuram-se em vários tipos de seres humanos, pessoas que chegam à escola com suas crenças e valores já constituídos. Possuem inúmeros conhecimentos, que trazem de suas experiências de vida. A passagem desse aluno pela escola, anteriormente, muitas vezes marcada por situações de fracasso escolar, contribui para um retorno ao espaço escolar com certo grau de auto-imagem fragilizada,

insegurança e desvalorização pessoal diante dos novos horizontes que espera encontrar (SILVA et al, 2009).

Os direitos educativos dos jovens e adultos estão assegurados no Capítulo III, Seção I – Da Educação da Constituição Federal, Artigo 208, inciso I, que garante a provisão pública de "ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos osque a ele não tiveram acesso na idade própria" (DI PIERRO & GRACIANO, 2003).

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) contempla a escolarização básica desse grupo social na Seção V do Capítulo II da Educação Básica, que determina aos sistemas de ensino assegurar cursos e exames que proporcionem oportunidades educacionais apropriadas aos interesses, condições de vida e trabalho dos jovens e aos adultos. Estipula ainda que o acesso e permanência dos trabalhadores na escola seja viabilizada e estimulada por ações integradas dos poderes públicos (DI PIERRO & GRACIANO, 2003).

Em trabalhos já publicados anteriormente, vários autores tentam desmistificar os sujeitos da EJA. Embora o consenso seja de que esses alunos são, em sua grande maioria, oriundos de uma classe social desprivilegiada e excluída do mundo letrado, pode-se deparar com outras caracterizações de caráter relevante para o presente estudo.

Nesse sentido, de acordo com Dayrell (2005):

> Grande parte deles não possuem qualificação profissional e se vêem sem perspectivas num contexto de crise da sociedade assalariada. Dessa forma, o mundo do trabalho não lhes parece um espaço de escolhas; ao contrário, nenhum deles gosta do que faz, não vendo nessas atividades nenhuma centralidade além da renda. Assim o trabalho não constitui fonte de expressividade. Reduz-se a uma obrigação necessária para uma sobrevivência mínima, perdendo os elementos de uma formação humana que derivavam de uma cultura que se organizava em torno do trabalho (DAYRELL, 2005, p. 63).

Refletindo sobre jovens e adultos como sujeitos do conhecimento, Oliveira (2005), discute sobre o não-lugar do Jovem da EJA, mostrando que, embora ele tenha trajetória de exclusão social (o que é comum à realidade dos adultos), não pode ser caracterizado como se caracterizam os adultos. Essas pessoas são portadoras de percursos formativos diferenciados.

De acordo com a autora supracitada, três campos específicos contribuem para a definição deste lugar: a condição de "não-criança", a condição de excluído da escola e o pertencimento a determinados grupos culturais. Acrescentaria ainda o pertencimento às classes populares (OLIVEIRA, 2005).

Nessa perspectiva, Andrade (2009), coloca uma questão importante, para a EJA, que é pensar os seus sujeitos além da condição escolar. O trabalho, por exemplo, tem papel fundamental na vida dessas pessoas, particularmente por sua condição social, e, muitas vezes, é só por meio dele que eles poderão retornar à escola ou nela permanecer, como também valorizar as questões culturais, que podem ser potencializadas na abertura de espaços de diálogo, troca, aproximação, resultando interessantes aproximações entre jovens e adultos.

Apesar da demanda crescente de jovens e adultos por oportunidades educacionais em virtude das exigências de escolaridade para o acesso e a permanência no mercado de trabalho, o Governo Federal optou por priorizar a oferta de Ensino Fundamental às crianças e adolescentes. O expediente utilizado para focalizar os recursos públicos nesse grupo etário foi a restrição ao financiamento da educação para jovens e adultos por meio do Fundef (criado em 1996 e implementado nacionalmente a partir de 1998). Recorrendo à prerrogativa de veto do Presidente da República, o Governo anulou um inciso da Lei 9424/96 aprovada pelo Congresso regulamentando o Fundo, e que permitia computar as matrículas no Ensino Fundamental presencial de jovens e adultos nos cálculos do Fundef. O veto desestimulou Estados e Municípios a investirem na educação de jovens e adultos (DI PIERRO & GRACIANO, 2003).

De acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação, em 2002 a matrícula inicial no ensino público fundamental de jovens e adultos alcançou 2,7 milhões de estudantes, o que representa apenas 4% da demanda potencial por esse nível e modalidade de ensino, uma vez que a população com idade superior a 14 anos e escolaridade inferior ao ensino fundamental soma 66 milhões de brasileiros (58,8% do total em 2000). É provável que boa parte desse numeroso contingente de estudantes seja constituída por adolescentes e jovens que, tendo sofrido reprovações ou abandonado os estudos anteriormente, encontrem-se em defasagem na relação idade série ideal (DI PIERRO & GRACIANO, 2003).

Apesar do cenário atual da EJA ainda não ser o ideal para subsidiar o grande número de cidadãos brasileiros que se encontram em situação de analfabetismo, ou até mesmo os que são alfabetizados, mas que estão excluídos da sociedade letrada, muita coisa ainda há a ser feita, principalmente no que diz respeito à formação inicial e continuada do professor alfabetizador da EJA. Só assim, direcionando os olhares para todos os sujeitos, alunos e educadores, poderemos visualizar mudanças significativas na educação de nossos jovens e adultos.

A FORMAÇÃO DO SUJEITO EDUCADOR DA EJA

O ensino na modalidade EJA apresenta um diferencial relevante em relação ao ensino da educação fundamental destinado a crianças e pré-adolescentes em idade própria. O público da EJA já possui a personalidade estruturada num contexto próprio, trazendo para sala de aula conteúdos específicos adquiridos através da vivência. Tal especificidade não pode ser ignorada pelo professor dessa modalidade de ensino.

Partindo dessa realidade diferenciada da educação de jovens e adultos, de acordo com Gentil (2009), também faz-se necessária a constituição de um profissional docente que contemple competências e saberes necessários à prática com a alfabetização ou aprendizagens fundamentais de adultos e jovens trabalhadores.

Para tanto, de acordo com a autora supracitada, o professor da modalidade EJA assume o papel de mediador da sua própria aprendizagem. Frente à diversidade de saberes de seu grupo representativo de diferentes lugares sociais, ele apercebe-se da especificidade dos próprios conhecimentos, que por sua vez, passam por um processo de reconstrução. Frente ao outro (professor ou aluno), através da livre conversação e da fala argumentativa, o professor se constitui como sujeito que aprende.

Na educação de jovens e adultos é essencial que se possa contar com profissionais abertos à troca de experiências e dispostos a aprender com o outro. Educadores que possam vibrar com o avanço da aprendizagem de seus alunos e acreditem em suas capacidades, respeitando as diferenças sociais, culturais e religiosas. Em suma, seres humanos que visualizem a educação como instrumento de transformação.

Há tempos vêm se buscando métodos e práticas adequadas ao aprendizado de jovens e adultos, de acordo com Freire:

> ... a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do aluno e não só do educador e que identificasse, como claramente observou um jovem sociólogo brasileiro (Celso Beisiegel), o conteúdo da aprendizagem com o processo de aprendizagem. Por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma. (FREIRE, 1979, p. 72)

Segundo Di Pierro & Graciano (2009), não há carreira específica para educadores desta modalidade educativa. A situação mais comum é que os docentes que atuam com os jovens e adultos sejam os mesmos do ensino regular que, ou tentam adaptar a metodologia a este público específico, ou reproduzem com os jovens e adultos a mesma dinâmica de ensino aprendizagem que estabelecem com crianças e adolescentes.

Em geral, a docência em turmas de educação de jovens e adultos é utilizada para complementar em período noturno a jornada de trabalho dos docentes que atuam com crianças e adolescentes no período diurno. A rotatividade de docentes e a inexistência de equipes especialmente dedicadas à educação de jovens e adultos impede a formação de um corpo técnico especializado e dificulta a organização de projetos pedagógicos específicos para esta modalidade, limitando as possibilidades e os resultados de eventuais iniciativas de capacitação em serviço (DI PIERRO & GRACIANO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola que os atende em uma instituição

aberta, que valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas; que favoreça a sua participação; que respeite seus direitos em práticas e não somente em enunciados de programas e conteúdos; que se proponha a motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida desses sujeitos; que demonstre interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem.

A escola, sem dúvida, terá mais sucesso como instituição flexível, com novos modelos de avaliação e sistemas de convivência, que considerem a diversidade da condição do aluno de EJA, atendendo às dimensões do desenvolvimento, acompanhando e facilitando um projeto de vida, desenvolvendo o sentido de pertencimento.

Para que o ensino na modalidade EJA não se torne mais um obstáculo que separa o sujeito aluno do acesso ao mundo letrado, é necessário que se direcionem os olhares para o profissional que atua no desenvolvimento desse trabalho. Se a formação inicial específica ainda é uma realidade distante, deve-se voltar os esforços no sentido de promover a formação continuada para esse educador.

Tais reflexões nos remete à busca de novas metodologias, adequadas à realidade do aluno, não seguindo a padronização existente e que não condiz com a necessidade apresentada por esse tipo de clientela.

O ensino voltado ao jovem e ao adulto necessita de educadores com conhecimentos que possam ir além daqueles que fazem parte do currículo escolar. Seres humanos que possam lançar sobre seus alunos olhares holísticos, interdisciplinares. Enfim, profissionais da Educação, seguros e conscientes de seus papéis para que possamos visualizar a construção de um futuro mais justo, através de uma educação humanizadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E. R. **Os sujeitos alunos na EJA**. Disponível em < http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/saltofuturo_eja_set2004_progr3.pdf > Acesso em 22 março 2022.

ARROYO, M. G. In. Formar Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos. In. Soares, Leôncio (org.) **Formação de Educadoresda Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica,secad mec , / UNESCO, T 2006.

BRASIL, Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília – DF: Diário Oficial da União, n° 248 de 23/12/96.

DAYRELL, T. A juventude e a educação de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANELLI, Maria A. Gomes, Nilma L. (orgs). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DI PIERRO & GRACIANO. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. Informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MELO, M. J. M. D. **Educação de Jovens e Adultos - EJA: refletindo sobre o ensino e aprendizagem da Matemática.** Disponível em < http:// telecongresso.sesi.org.br/4telecongresso/downloadAnexo.php > Acesso em 22 março 2022.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. In: Ribeiro, Vera Masagão (org.). **Educaçãode Jovens e Adultos. Novos Leitores, Novas Leituras**. São Paulo:Ação educativa, 2005.

PAIVA, V. P. . **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, J. A. B. & INOCÊNCIO, Z. S. **Educação e trabalho nos espaços prisionais:** a educação como possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Monografia apresentada à Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2005.

SILVA, S. M., MATOS, J. C., AGUIAR, M. A. M. **As armadilhas, encontradas nas diversas concepções de leitura, subjacentes ao entendimento da relação fala e escrita**. Disponível em <http://www.alb.com.br/anais16/sem01pdf/sm01ss14_04.pdf > Acesso em 22 março de 2022.

TASSONI, E. C. M. Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno. Disponível em < http://168.96.200.17/ar/libros/anped/2019T.PDF > Acesso em 22 março 2022.

Quitéria Maria da Silva Barros
Graduada em Pedagogia, em 2008 pelo Centro Universitário Nove de Julho, UNINOVE, SP. Graduada em Artes Visuais, em 2016, pela Faculdade Mozarteum, FAMOSP, SP. Pós Graduada em Arte na Educação, em 2016 pela Faculdade Associada Brasil. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

ISSN 2675-2573
26 >
9 772675 257003

ORGANIZAÇÃO:
Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):
Alecina do Nascimento Santos
Daniela da Silva Souza Santos
Débora Miriam Bezerra de Andrade
Fabiana Lemes da Silva
Lucas Missio Christino
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Quitéria Maria da Silva Barros
Rafaela Torres Santos
Renato Souza de Oliveira Carvalho
Rita de Cássia Barbosa de Carvalho
Simoni Alves Pereira Almeida
Sulamita Gonçalves de Souza
Tamires Aparecida Silva dos Santos
Tânia de Jesus Alves
Terezinha Joana Camilo
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues

https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.26

Produzida com utilização de softwares livres

www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à: